BONIFÁCIO JOSÉ SUPPES DE ANDRADA

MECANISMOS INTERNOS DO *IMPEACHMENT*

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo - SP

2020

BONIFÁCIO JOSÉ SUPPES DE ANDRADA

MECANISMOS INTERNOS DO *IMPEACHMENT*

Tese de doutorado apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Direito.

Área de Concentração: Direito do Estado

Orientador: Prof. Dr. Marcos Paulo Verissimo

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo - SP

2020

Nome: ANDRADA, Bonifácio José Suppes de

Título: Mecanismos internos do *impeachment*

Tese de doutorado apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Direito.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. Marcos Paulo Verissimo (Orientador)

Instituição: USP

Julgamento:

Prof. Dr. Luís Virgílio Afonso da Silva

Instituição: USP

Julgamento:

Prof. Dr. Diego Werneck Arguelhes

Instituição: INSPER

Julgamento:

Prof. Dr. Álvaro Ricardo de Souza Cruz

Instituição: PUC Minas

Julgamento:

Prof. Dr. Fernando de Magalhães Papaterra Limongi

Instituição: USP/FGV

Julgamento:

Profa. Dra. Heloisa Maria Murgel Starling

Instituição: UFMG

Julgamento:

AGRADECIMENTOS

Sinto-me no dever de agradecer aos professores Marcos Paulo Veríssimo, Virgílio Afonso da Silva e Conrado Hübner Mendes por terem aceitado minha candidatura à vaga de doutorando na USP. Ao Marcos, em especial, duplamente, por ter também me orientado ao longo destes quase quatro anos. Ao Virgílio e Conrado que, além de me abrirem as portas da faculdade, introduziram-me no grupo *Constituição, Política & Instituições* onde pude apresentar artigos, discutir trabalhos de colegas e participar de seminários e palestras.

Não posso deixar de agradecer aos professores com quem tive a oportunidade de conviver e assistir às aulas durante o doutorado. Quando, anos atrás, iniciei minha incursão no mundo da Ciência Política com a professora Fátima Anastasia, sequer imaginava que um dia estaria assistindo às aulas no DCP/USP, com Limongi e Rogério. Movido pela curiosidade, também pude acompanhar as aulas da professora Miriam Dohnnikoff a quem agradeço por me ensinar a estudar História. Estou convicto de que minhas pesquisas futuras estarão atreladas à política e à história.

Aos professores José Levi e Rafael Mafei, pelos comentários, críticas e sugestões durante a banca de pré-qualificação.

À Eurídice e Helena pela revisão técnica e linguística do trabalho. Desnecessário dizer que os erros remanescentes são meus.

O início do doutorado coincidiu com a mudança para uma desconhecida São Paulo. A todos os membros do grupo *Constituição, Política & Instituições*, agradeço pelo convívio dentro e fora da faculdade. Ao grupo *Pós-debate*, por ter gentilmente aceitado a discutir a primeira versão do capítulo dois desta tese.

A mudança para São Paulo também me levou para um novo rumo profissional. Agradeço aos amigos do TozziniFreire, e peço-lhes desculpas por, nestes últimos três anos, insistir em sempre falar da minha tese. Doutorandos podem ser monotemáticos.

À Claudia e ao Guto, especialmente por terem me garantido todas as condições para o árduo período de elaboração da tese.

À distância, agradeço aos amigos de Belo Horizonte com quem nunca deixei de conviver e discutir literalmente sobre tudo. Ao Álvaro, por nunca ter deixado de me orientar. Sou grato à Bárbara por ter me ajudado, ouvido e discutido comigo, nos momentos mais críticos de redação da tese.

Finalmente, e mais importante, agradeço aos meus pais e à minha família, por terem me incentivado a fazer o doutorado e tolerado minha compulsão pelos livros.

“A poesia, como vejo, nasce do espanto [...]”
(GULLAR, 2016).

RESUMO

ANDRADA, Bonifácio José Suppes de. **Mecanismos internos do *impeachment***. 2020. Tese (Doutorado em Direito do Estado) - Programa de Pós-Graduação em Direito, Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

O objetivo desta tese é discutir o processo decisório do impeachment em situações em que o legislativo detém a palavra final no julgamento da denúncia contra um presidente. Para tanto, foram analisados qualitativamente os aspectos referentes ao processo decisório do impeachment e as formas de interação entre o executivo e o legislativo em sistemas presidencialistas e multipartidários. Neste contexto institucional, seguindo a ideia de separação de poderes com partidos, argumenta-se que a relação entre os dois poderes assume, dentro de um mesmo marco constitucional, feição pendular entre a máxima cooperação (fusão de poderes) e o máximo conflito (separação de poderes). A movimentação deste pêndulo se dá de acordo com a estratégia de interação definida pelo presidente. Em situações nas quais o partido do presidente é minoritário na arena legislativa, a formação de uma coalizão partidária majoritária é relevante, não apenas para a aprovação da agenda presidencial, mas também, para bloquear eventuais pedidos de impeachment. Por se tratar de um instrumento à disposição apenas de supermaiorias legislativas, o escudo legislativo é o meio institucional do qual o presidente se utilizará para resistir ao impeachment, e evitar que a relação entre os poderes atinja o ponto máximo do conflito. A conclusão central desta tese é a de que o impeachment está sempre associado a uma crise política que leva à incapacidade de facto do presidente exercer suas funções. O modelo legislativo-dominante, no entanto, não torna o impeachment sinônimo de voto de desconfiança devido à gravidade da crise e aos custos envolvidos. Os resultados desta investigação apontaram não haver evidências de que o sistema presidencialista brasileiro esteja se utilizando de formas parlamentaristas para a resolução de suas crises.

Palavras-chave: Separação de poderes. Presidencialismo. Multipartidarismo. *Impeachment*.

ABSTRACT

ANDRADA, Bonifácio José Suppes de. **Internal mechanisms of impeachment**. 2020. Thesis (Doctorate in State Law) - Postgraduate Program in Law, Faculty of Law, University of São Paulo, São Paulo, Brazil, 2020.

The purpose of this thesis is to discuss the impeachment decision-making process in situations in which the legislature has the final say in the judgment of the complaint against a president. To this end, aspects related to the impeachment decision-making process and the forms of interaction between the executive power and the legislature in presidential and multiparty systems were qualitatively analyzed. In this institutional context, following the idea of separation of powers *with parties*, it is argued that the relationship between the two powers assumes, within the same constitutional framework, a pendular feature between maximum cooperation (fusion of powers) and maximum conflict (separation of powers). This pendulum moves according to the interaction strategy defined by the president. In situations in which the president's party is a minority in the legislative arena, the formation of a majority party coalition is relevant, not only for the approval of the presidential agenda, but also to block any impeachment requests. As it is an instrument available only to legislative supermajorities, the legislative shield is the institutional means that the president will use to resist impeachment, and to prevent the relationship between the powers from reaching the peak of the conflict. The central conclusion of this thesis is that impeachment is always associated with a political crisis that leads to the president's *de facto* inability to perform his duties. The legislative-dominant model, however, does not make impeachment synonymous with a vote of distrust due to the seriousness of the crisis and the costs involved. The results of this investigation revealed that there is no evidence that the Brazilian presidential system is making use of parliamentary forms to resolve its crises.

Keywords: Separation of powers. Presidentialism. Multiparty system. Impeachment.

RÉSUMÉ

ANDRADA, Bonifácio José Suppes de. **Mécanismes internes de destitution**. 2020. Thèse (Doctorat en Droit de l'État) - Programme de troisième cycle en Droit, Faculté de Droit, Université de São Paulo, São Paulo, Brésil, 2020.

Le but de cette thèse est de discuter du processus de prise de décision de mise en accusation dans des situations dans lequel le législateur a le dernier mot dans le jugement de la plainte contre le président. À cette fin, les aspects liés au processus décisionnel de mise en accusation et les formes d'interaction entre l'exécutif et le législatif dans les systèmes présidentiel et multipartite ont été analysés qualitativement. Dans ce contexte institutionnel, suivant l'idée de séparation des pouvoirs avec les partis, on fait valoir que la relation entre les deux pouvoirs suppose, dans le même cadre constitutionnel, une caractéristique pendulaire entre coopération maximale (fusion des pouvoirs) et conflit maximal (séparation des pouvoirs). Ce pendule se déplace selon la stratégie d'interaction définie par le président. Dans les situations où le parti du président est une minorité dans l'arène législative, la formation d'une coalition de parti majoritaire est pertinente, non seulement pour l'approbation de l'agenda présidentiel, mais aussi pour bloquer toute demande de destitution. Comme il s'agit d'un instrument accessible uniquement aux supermajorités législatives, le bouclier législatif est le moyen institutionnel que le président utilisera pour résister à la mise en accusation et pour empêcher la relation entre les pouvoirs d'atteindre le sommet du conflit. La conclusion centrale de cette thèse est que la destitution est toujours associée à une crise politique qui conduit à l'incapacité *de facto* du président d'exercer ses fonctions. Cependant, le modèle à dominance législative ne fait pas de la destitution le synonyme d'un vote de défiance en raison de la gravité de la crise et des coûts impliqués. Les résultats de cette enquête ont montré qu'il n'y a aucune preuve que le système présidentiel brésilien utilise des formes parlementaires pour résoudre ses crises.

Mots clés: Séparation des pouvoirs. Présidentialisme. Système multipartite. Mise en accusation.

LISTA DE GRÁFICO

Gráfico 1 - Gabinetes unitários e de coalizão na América Latina (1979 a 2011).....	71
--	----

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Dinâmica do jogo da coalizão.....	75
Figura 2 - Modelo conceitual de gerência de coalizão	75

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Definição constitucional sobre crimes de responsabilidade.....	97
Quadro 2 - Tipificação dos crimes de responsabilidade (Decreto n.30, de 8 de janeiro de 1892 e Lei n.1079/1950).....	98
Quadro 3 - Procedimentos constitucionais de remoção presidencial mais comuns	112
Quadro 4 - Procedimento para <i>impeachment</i> nas constituições brasileiras.....	113
Quadro 5 - Possíveis cenários de manifestações populares e ação legislativa	122
Quadro 6 - Condições de operacionalização dos cenários 4 e 8.....	123

LISTA DE TABELA

Tabela 1 - Bases para o <i>impeachment</i>	102
--	-----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADI	Ação Direta de Inconstitucionalidade
ADPF	Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamenta
art.	Artigo
CCP	Comparative Constitutional Project
coord.	coordenador
CRFB/1988	Constituição da República Federativa do Brasil
EC	Emenda Constitucional
GDP	Grand National Party
ICG	Índice de Custo de Governança
MDP	Millennium Democratic Party
MS	Mandado de Segurança
org.	organizador
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PFL	Partido da Frente Liberal
PL	Partido Liberal
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PRN	Partido da Reconstrução Nacional
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSL	Partido Social Liberal
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores

PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
REDE	Rede Sustentabilidade
RICD	Regimento Interno da Câmara dos Deputados
SCO	Sustainable Competitiveness Observatory
SIP	Solicitação para Instauração de Processo
STF	Supremo Tribunal Federal
TAG	Taxa de Adesão ao Governo
UND	União Democrática Nacional

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	O XADREZ DA SEPARAÇÃO DE PODERES: COMPETIÇÃO E PARTIDOS POLÍTICOS	19
2.1	A separação de poderes segundo a doutrina madisoniana	21
2.2	Governo representativo, democracia e partidos políticos	28
2.3	Partidos políticos e separação de poderes	36
2.4	O STF e a separação de poderes	41
2.5	Conclusão: separação de poderes com partidos e presidencialismo multipartidário	45
3	O PRESIDENCIALISMO MULTIPARTIDÁRIO BRASILEIRO.....	48
3.1	Dos perigos do presidencialismo à difícil combinação: um diagnóstico pessimista	50
3.2	A reavaliação teórica e empírica do presidencialismo de coalizão	58
3.2.1	<i>As bases institucionais do presidencialismo de coalizão.</i>	<i>59</i>
3.2.1.1	<i>As prerrogativas institucionais da presidência.....</i>	<i>59</i>
3.2.1.2	<i>A organização do processo legislativo</i>	<i>64</i>
3.2.2	<i>As coalizões partidárias no presidencialismo: formação, gestão e custos.....</i>	<i>68</i>
3.3	Conclusão: o presidencialismo de coalizão em questão	76
4	O IMPEACHMENT E O SEU PROCESSO DECISÓRIO.....	82
4.1	<i>Impeachment: revisão da literatura política e jurídica.</i>	<i>85</i>
4.2	Bases para o <i>impeachment</i> e o <i>contrabando</i> parlamentarista	90
4.2.1	<i>A “armadilha” institucional</i>	<i>91</i>
4.2.2	<i>A tese do contrabando e a tradição institucional brasileira.....</i>	<i>94</i>
4.2.3	<i>A tese do contrabando em perspectiva comparada.....</i>	<i>101</i>
4.2.4	<i>A tese do contrabando, o padrão “anglo-saxão” e o caso sul-coreano.....</i>	<i>104</i>
4.2.5	<i>Uma interpretação alternativa à tese do contrabando</i>	<i>108</i>
4.3	Como se decide o <i>impeachment</i> ?	111
4.3.1	<i>Quem e como se decide o impeachment no Brasil</i>	<i>115</i>
4.3.2	<i>O impeachment e o escudo legislativo</i>	<i>121</i>
4.3.3	<i>O vice-presidente e as consequências do impeachment.....</i>	<i>126</i>
4.4	Usos e abusos: o <i>impeachment</i> como voto de <i>desconfiança</i> ?	128
5	CONCLUSÃO	135
	REFERÊNCIAS	138

1 INTRODUÇÃO

O debate institucional sobre o *impeachment* foi reaberto com a destituição da presidente Dilma Rousseff, em 2016. Se o afastamento do presidente Fernando Collor de Mello foi visto como sinal de maturidade e resiliência democráticas, o caso Dilma simbolizaria e prenunciaria o ocaso da democracia brasileira. Esta tese surge como reação a este espanto. Afinal, por que se fazem *impeachments*¹?

Assumo como premissas que o *impeachment* é sempre político e jurídico. É político, porque questiona a legitimidade do mandato do presidente, eixo do sistema presidencialista. É jurídico, porque se trata de instrumento regulamentado por normas constitucionais e, em alguns casos, pela legislação ordinária. Essas duas características são, a meu ver, indissociáveis do *impeachment*, independentemente de o julgamento ser conduzido por uma casa legislativa ou por tribunal ou corte. Discutir a “natureza” do *impeachment* é um dos assuntos prediletos da literatura jurídica, discussão, que, no entanto, não me parece ser o ponto-chave para se compreender o instituto. Minha hipótese é a de que o *impeachment* deve ser analisado sob a perspectiva de processo decisório, em geral, e de órgão julgador, em especial.

O objeto desta tese é analisar as engrenagens de um processo de *impeachment* em contextos nos quais o poder legislativo é a autoridade decisória para julgar o presidente denunciado. A definição por estudar o modelo legislativo-dominante não é aleatória, mas proposital. Trata-se do sistema adotado pela Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB/1988). Além disto, permite avaliar situações em que a interpretação constitucional é conferida ao poder legislativo. Com isto, aproximo-me da minha dissertação de Mestrado na qual discuti modelos de controle de constitucionalidade alternativos ao judicial. Mas, não discuto se o poder legislativo decide melhor que o judiciário sobre matérias constitucionais. Nem tampouco tem esta tese a pretensão de argumentar ser um desenho institucional preferível a outro. Minha intenção é compreender como o legislativo decide.

O *impeachment* talvez seja a decisão constitucional mais relevante atribuída ao legislativo em sistemas presidencialistas. Políticos, portanto, interpretam a constituição e fazem esta interpretação na condição de políticos. Este é um elemento essencial. Embora atuem excepcionalmente como parlamentares-juízes, deputados e senadores não se apartam das circunstâncias políticas. O *impeachment* não apenas destitui um presidente, mas também institui um novo presidente, e os parlamentares estão diretamente interessados no resultado. Por essa

¹ Nesta tese a palavra “*impeachment*” se refere a todo o processo de destituição de um presidente.

razão, entendo ser analiticamente necessário compreender o contexto político-institucional da interação entre executivo e legislativo.

A exposição da minha argumentação está assim estruturada. Na sequência desta introdução, no segundo capítulo, proponho uma releitura da ideia de separação de poderes para explicar as circunstâncias nas quais o *impeachment* poderá ser acionado. Nesse sentido, elaboro uma interpretação da mecânica da separação de poderes alternativa à de James Madison, para quem haveria uma tensão inata *entre os poderes*. Nesse sentido, na linha defendida por Pildes e Levinson (2006), argumento que a separação de poderes não se dá segundo uma lógica institucional, como “o” legislativo *versus* “o” executivo, mas, sim, segundo uma “lealdade político-partidária”. De acordo com Madison, um poder sempre agiria em defesa de preservar e maximizar sua esfera de competência e reagiria a eventuais tentativas de usurpação. Os *checks-and-balances* providenciariam as ferramentas necessárias para que a “ambição contenha a ambição”.

Como explicar, no entanto, situações em que o presidente é acusado de obstruir deliberadamente a ação do poder legislativo, e este permanece inerte, sem sequer cogitar o uso do principal recurso de que dispõe para conter o avanço do executivo sobre suas prerrogativas? Esta falha do modelo analítico de Madison pode ser reparada, se introduzirmos os partidos políticos na equação.

A relação entre executivo e legislativo é pendular e oscila entre a máxima coordenação (fusão) e o máximo conflito (separação), conforme o alinhamento de momento das preferências e estratégias dos atores políticos envolvidos. Isso significa que o poder do *impeachment* é discricionário e circunstancial. Poderá ou não ser usado, conforme a ocasião.

Na sequência, avalio no capítulo 3 como está estruturada institucionalmente a relação entre executivo e legislativo no presidencialismo multipartidário brasileiro. Minha intenção é precisamente avaliar como esse movimento pendular se processa. Ponto crítico desta interação é a formação e a manutenção das coalizões partidárias. Em sistemas multipartidários, há uma tendência de que o partido do presidente não atinja a maioria dos assentos no legislativo. Para reverter esta condição minoritária, o presidente deverá conquistar o apoio de outros partidos além do seu. O pêndulo, portanto, se moverá de acordo com a eficiência desta coalizão. Embora o mandato presidencial não seja dependente da formação de uma maioria parlamentar, a constituição de um núcleo coeso de apoio poderá ser decisiva nas situações em que o mandato do presidencial se vir ameaçado. A coalizão partidária assume dois objetivos: garantir votos para a aprovação da agenda presidencial e servir de “escudo legislativo” (PÉREZ- LIÑÁN, 2007, 2014). O propósito do capítulo 3 é, portanto, avaliar se o sistema presidencialista

brasileiro confere ao chefe do executivo condições e recursos necessários para a formação destas coalizões partidárias.

No capítulo 4, analiso o processo decisório do *impeachment*. Discuto como o processo de afastamento da presidente Dilma Rousseff, em 2016, desencadeou uma revisão interpretativa do instituto desconhecida à época da destituição do presidente Fernando Collor de Mello, em 1992. Duas razões explicam o fenômeno: o contexto histórico-político dos dois casos é bastante distinto. O *impeachment* do presidente Fernando Collor de Mello foi o primeiro de uma série de mandatos presidenciais interrompidos a que os países latino-americanos assistiriam nos quase trinta anos subsequentes. O caso Collor era uma novidade e um teste institucional, logo após a redemocratização. Quando a presidente Dilma Rousseff foi afastada, o *impeachment* já deixara de ser original e passara à condição de uma ameaça à espreita. Os dois casos divergem também pelas controvérsias inerentes a cada um deles. Havia um razoável consenso institucional, político e social sobre o *impeachment* do presidente Fernando Collor de Mello. Por isso mesmo, sempre foi visto na literatura como um caso exemplar. Já a destituição de Dilma Rousseff se deu em uma atmosfera altamente conturbada e durante uma crise institucional, talvez sem precedentes. Por essas razões, surgiu um sem-número de análises de toda ordem, para explicar ou denunciar o que estava em curso.

No capítulo 4 discuto, especificamente, uma linha interpretativa, a qual chamarei de *tese do contrabando parlamentarista*.

Esta tese reúne um conjunto de propostas que pode ser resumido da seguinte maneira: o desenho institucional e a prática do *impeachment* produziram a *parlamentarização* do sistema presidencialista brasileiro; a definição extremamente abrangente e vaga dos crimes de responsabilidade confere ao poder legislativo uma ampla e indevida discricionariedade. Ao seguir com esta técnica de tipificação, a legislação brasileira desviaria do padrão e colocaria em xeque a rigidez inerente do mandato presidencial. O desenho institucional não seria gratuito. Suas origens demonstrariam a clara finalidade de enxertar no presidencialismo uma *armadilha* parlamentarista. Dado este peculiar arranjo institucional, a prática política não poderia ter se encaminhado em outra direção senão para a do uso do *impeachment* como um sucedâneo do voto de desconfiança, típico dos sistemas parlamentaristas. O caso da presidente Dilma Rousseff seria uma evidência de uma destituição por “crise de governabilidade”.

Minha hipótese segue a direção oposta à da tese do *contrabando parlamentar*. Divirjo da avaliação de uma falha congênita na definição dos crimes de responsabilidade. A hipótese da *armadilha* não se sustenta à luz da tradição constitucional brasileira e não destoa, comparativamente, dos demais países presidencialistas. Discordo, também, de que o

impeachment tenha se transformado em moeda corrente do jogo político. Minha interpretação sugere que a forma como são definidos os crimes de responsabilidade não antecipa como o *impeachment* será usado. A tese do *contrabando* mira para o alvo errado. A maior ou menor incidência do *impeachment* está associada à dinâmica da relação entre os poderes executivo e legislativo, dentro da lógica da separação de poderes *com partidos*. Em modelos legislativo-dominante, o *impeachment* exige alto grau de consenso intrapartidário. Por essa razão, em sistemas partidários, *impeachments* são quase natimortos, porque, invariavelmente, precisarão da concordância do partido do presidente. Em sistemas multipartidários, como o brasileiro, o ponto crítico é a robustez do escudo legislativo.

O *impeachment* sempre ocorrerá em circunstâncias de acentuada crise política e, por isso, ele representa um teste à lealdade da coalizão partidária. Dado o costumeiro quórum elevado para a sua aprovação, o êxito do *impeachment* muito provavelmente dependerá de defecções no grupo de apoio ao presidente. Com efeito, o *impeachment* não é um instrumento de minorias, nem de maiorias ocasionais. A super-maioria parlamentar deve atestar a incapacidade *de facto* do presidente governar e a capacidade de o vice-presidente formar um novo governo. Esta incapacidade em nada se assemelha a uma crise de governabilidade, entendida como a dificuldade de se fazer aprovar a agenda presidencial. O processo de destituição de um presidente, portanto, não se iguala ao de um primeiro-ministro.

Toda discórdia e controvérsia em torno do *impeachment* reside no fato de que a incapacidade *de facto* não é facilmente aferível. Não há uma cartilha pré-estabelecida a qual se possa consultar em situações desta espécie. O cometimento de crime de responsabilidade é condição necessária, porém insuficiente, para o prosseguimento do processo de *impeachment*. Serão os políticos, regidos por razões e intenções políticas, que irão decidir se uma conduta configura crime de responsabilidade e se esta deve ser sancionada com o *impeachment*.

Encerro o capítulo 4 discutindo o uso e o abuso do *impeachment*. Argumento que a prática política estabelecida após a CRFB/1988 não demonstra com clareza o uso distorcido do instituto. Eventuais propostas de reforma constitucional e legal precisam considerar, com cautela, as razões dos *impeachments* dos presidentes Fernando Collor de Mello e Dilma Rousseff. Além disso, não se devem ignorar os próprios limites da engenharia constitucional, para resolver problemas que se colocam para além do desenho institucional.

5 CONCLUSÃO

Nesta tese, discuti como se fazem *impeachments* em sistemas institucionais em que o legislativo detém a competência para julgar uma denúncia contra o presidente. Baseei minha análise na premissa de ser sempre o *impeachment* político e jurídico, independentemente de quem seja responsável por seu julgamento. Disto, contudo, não se conclui que a escolha do órgão competente por decidir sobre o *impeachment* seja irrelevante.

Com estas premissas, verifiquei que o *impeachment* é acionado em contextos nos quais a relação entre executivo e legislativo se encontra na máxima tensão conflitiva. Embora o sistema presidencialista brasileiro ofereça ao chefe do poder executivo as condições e os recursos necessários, a reversão de sua posição minoritária dependerá da estratégia adotada pelo presidente para interagir com os parlamentares. O presidente poderá, inclusive, optar por se manter minoritário, porque o seu cargo não está vinculado à formação de maioria. Esta estratégia presidencial poderá vir a ser testada, se houver um pedido de *impeachment*. Nestas ocasiões, os parlamentares deverão admitir, processar e julgar o presidente e eles desincumbem estas tarefas mirando para o resultado. Parlamentares estão interessados no desfecho, porque suas preferências também estão em jogo.

Nada disto parlamentariza o presidencialismo. A resolução de crises políticas em cada sistema de governo segue lógica distinta e tem consequências diversas. No parlamentarismo, as crises são governativas e decorrem da incapacidade de o primeiro-ministro aprovar sua agenda. No presidencialismo, por sua vez, a crise é da própria legitimidade do presidente, que se torna incapacitado, *de facto*, de seguir no cargo. O *impeachment* imobiliza a relação entre executivo e legislativo, devido à gravidade da crise. Há, em síntese, um problema sistêmico a ser resolvido.

Precisamente por suas consequências, o *impeachment* é um instrumento restrito a supermaiorias. Exige alto grau de consenso entre os atores políticos. Em sistemas bipartidários, como o dos Estados Unidos, o quórum pressupõe a adesão do próprio partido governista. Por esta razão, as chances de se destituir um presidente são bastante remotas. A raridade do *impeachment* nos Estados Unidos se deve ao formato do sistema partidário e não à forma que este país optou para definir as bases autorizadoras do afastamento do presidente.

Em sistemas multipartidários, persiste a necessidade de se atingir um quórum elevado, mas, em regra, o partido governista não é capaz, isoladamente, de bloquear a denúncia. Assim sendo, é a coalizão partidária que assume a função de “escudo legislativo”. As coalizões partidárias, no entanto, não devotam ao presidente a mesma lealdade que se espera do partido

governista. Por este motivo, as chances de se aprovar o *impeachment* crescem. Para que isto ocorra, o presidente deve perder a capacidade de atrair apoio partidário, tornando-se super-minoritário.

Os dois *impeachments* ocorridos no Brasil não são explicados em função da forma como são tipificados os crimes de responsabilidade. Se há uma falha institucional a ser investigada, ela se encontra na estrutura institucional do sistema presidencialista, em especial, nas condições de formar e gerir coalizões. A estratégia empregada pelo presidente nesta gestão é também fundamental.

A indicação de um crime de responsabilidade é condição necessária, porém insuficiente, para o afastamento do presidente. O *impeachment* somente será aprovado se os parlamentares souberem como será o dia seguinte à sua decisão. Isto, porque deputados e senadores não apenas destituem governantes, mas instituem outros. Não basta que o presidente se torne super-minoritário; o vice-presidente deve demonstrar possuir condições políticas para iniciar um novo governo. O momento mais crítico de um processo de *impeachment* é a suspensão do presidente e a assunção provisória do vice-presidente à presidência. Este não é um desdobramento necessário, uma vez que há sistemas presidencialistas que permitem ao presidente manter-se no cargo até o seu julgamento (p.ex. Estados Unidos). Este momento é extremamente delicado, porque os legisladores poderão aferir se os compromissos assumidos pelo vice-presidente têm credibilidade.

A máquina do *impeachment* não está insulada ou fechada em uma redoma. Políticos não farão uso deste recurso senão em conjuntura favorável. Sabem também que haverá reação ao pedido de afastamento. O fato de haver no Brasil um quórum elevado tanto para a admissão, quanto para o julgamento desincentiva tentativas irreais de destituição.

O afastamento do presidente Fernando Collor de Mello foi precedido de um amplo alinhamento de forças políticas e sociais. Sua queda não era prevista e necessária; foi, sim, construída paulatinamente pela articulação de uma frente parlamentar supermajoritária. Os governos seguintes, de Itamar Franco a Luís Inácio Lula da Silva, enfrentaram crises políticas sérias, porém o *impeachment* não foi uma ameaça concreta. A debacle da presidente Dilma Rousseff, por sua vez, pouco se compara à do caso Collor. A difícil relação com o legislativo, o que dificultaria a formação de um escudo legislativo para além do PT, convivia com uma crise política sem precedentes. Os atores políticos diretamente envolvidos também adotaram estratégias beligerantes. Certamente, o afastamento da presidente Dilma Rousseff poderá contribuir para a reflexão sobre o desenho e a prática do *impeachment*. Deve-se, no entanto, estar-se ciente dos limites da engenharia constitucional para prevenir crises e abusos.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Pedro. **Separação de poderes e medidas provisórias**. Rio de Janeiro: Campus, 2012.

ABRANCHES, Sérgio Henrique Hudson de. Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 1, p. 5 a J4, 1988. Disponível em: <https://politica3unifesp.files.wordpress.com/2013/01/74783229-presidencialismo-de-coalizao-sergio-abranches.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2020.

ABRANCHES, Sérgio Henrique Hudson de. **Presidencialismo de coalizão: raízes e evolução do modelo político brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

ABRANCHES, Sérgio. Artigo: uma coalizão para chamar de sua. **O Globo**, Rio de Janeiro, 24 nov. 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/artigo-uma-coalizao-para-chamar-de-sua-23257009>. Acesso em: 20 jul. 2020.

ANDRADA, Bonifácio José Suppes de; CRUZ, Álvaro Ricardo de Souza. Legisladores juízes? Ensaio sobre o exercício da função jurisdicional pelo Parlamento. In: BARACHO JÚNIOR, José Alfredo de Oliveira; PEREIRA, Bruno Cláudio Penna Amorim (ed.). **Direito parlamentar: discussões contemporâneas**. Belo Horizonte: Editora Vorto, 2018.

ACKERMAN, Bruce. **The failure of the founding fathers: Jefferson, Marshall and the rise of presidential democracy**. Oxford: OUP USA, 2007.

ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de; VELLOSO, João Paulo dos Reis. **Governabilidade e reformas**. Rio de Janeiro: J Olympio, 1995.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. O Cavalo de Troia do parlamentarismo: O afastamento de Dilma Rousseff pode ser entendido como um acordo jurídico perfeito ou um golpe urdido por políticos derrotados. **Estadão**, 6 jun. 2016. Disponível em: <https://alias.estadao.com.br/noticias/geral,o-cavalo-de-troia-do->

AMARAL JÚNIOR, José Levi Mello do. **Medida provisória: edição e conversão em lei**. São Paulo: Saraiva, 2012.

AMARAL JÚNIOR, José Levi Mello do; AMARAL, João Marcos. Multipartidarismo atomístico e (semi) presidencialismo de coalizão. **Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito (RECHTD)**, v. 9, n. 3, p. 355-365, set./dez. 2017. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/RECHTD/article/view/rechtd.2017.93.13/6438>. Acesso em: 28 jul. 2020.

AMORIM NETO, Octavio. **Presidencialismo e governabilidade nas Américas**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, Fundação Getúlio Vargas, 2004.

AMORIM NETO, Octavio. The puzzle of party discipline in Brazil. **Latin American Politics and Society**, v. 4, n. 1, p. 127-144, 2002.

ANDRADA, Bonifácio. **Controle judicial de constitucionalidade**: constitucionalismo entre o direito e a política. Curitiba: Juruá Editora, 2016.

ARGUELHES, Diego Werneck. Poder não é querer: preferências restritivas e redesenho institucional no Supremo Tribunal Federal pós-democratização. **Universitas/Jus**, Brasília, DF, v. 25, n. 1, p. 25-45, jan. 2014.

ARGUELHES, Diego Werneck; PEREIRA, Thomaz. Separação de poderes como alocação de autoridade. In: LEAL, Fernando (coord.). **Constitucionalismo de realidade**: democracia, direitos e instituições. São Paulo: Fórum, 2019.

ARGUELHES, Diego Werneck; RECONDO, Felipe. Impeachment: a maldição de Paulo Brossard. In: FALCÃO, Joaquim; ARGUELHES, Diego Werneck; PEREIRA, Thomaz (org.). **Impeachment de Dilma Rousseff**: entre o Congresso e o Supremo. Belo Horizonte: Letramento, 2017.

ARGUELHES, Diego Werneck; RIBEIRO, Leandro Molhano. Ministrocrazia: O Supremo Tribunal individual e o processo democrático brasileiro. **Novos estudos CEBRAP**, v. 37, n. 1, p. 13-32, 2018.

ASSIS BRASIL, Joaquim Francisco de **Do governo presidencial na república brasileira**. 2. ed. Rio de Janeiro: Calvino Filho, 1934.

AVALIAÇÃO do Governo. Governo Fernando Henrique Cardoso. [Primeiro mandato: 01. jan. 1995 a 31 dez. 1998, Segundo mandato: 01. jan. 1999 a 31. dez. 2002]. [São Paulo]: UOL Notícias, 2011. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/fernandorodrigues/arquivos/pesquisas/datafolha/fhc-popularidade.jhtm>. Acesso em: 7 ago. 2020.

AVRITZER, Leonardo. **Impasses da democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

AVRITZER, Leonardo. **O pêndulo da democracia**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2019.

AVRITZER, Leonardo; ANASTASIA, Fátima (org.). **Reforma política no Brasil**. Belo Horizonte, MG: UFMG, 2007.

BADIN, Luiz. **La justice pénale-politique au Brésil**. 1996. Monografia (Especialização em Direito Público)- Universidade de Paris I, Panthéon-Sorbonne, UP1, França, 1993.

BAHIA, Alexandre Gustavo Melo Franco de Moraes; SILVA, Diogo Bacha e; OLIVEIRA, Marcelo Andrade Cattoni de. **O impeachment e o Supremo Tribunal Federal**: história e teoria constitucional brasileira. 2. ed. São Paulo: Empório do Direito, 2017.

BARBOSA, Rui. **Trabalhos diversos 1913**. Rio de Janeiro: Secretaria da Cultura, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1991. v. XL, T. IV (Obras completas de Rui Barbosa). Disponível em: [http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=ObrasCompletasRuiBarbosa&pasta=Vol.%20XL%20\(1913\)\Tomo%20VI&pesq=&pagfis=40097](http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=ObrasCompletasRuiBarbosa&pasta=Vol.%20XL%20(1913)\Tomo%20VI&pesq=&pagfis=40097). Acesso em: 18 ago. 2020.

BARROSO, Luís Roberto. Impeachment: crime de responsabilidade - exoneração do cargo. **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, v. 212, p. 161-174, abr./jun. 1998. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/47174>. Acesso em: 18 ago. 2020.

BARROSO, Luís Roberto. **Reforma política no Brasil**: os consensos possíveis e o caminho do meio. [São Paulo]: Conjur, 2015. [Texto-base da tradução para o português de apresentação feita na Faculdade de Direito da Universidade de Harvard, no painel Political Reforms: Towards a more representative democracy?, no Brazil Harvard Conference, realizado em 17 de maio de 2015]. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/dl/reforma-politica-harvard-ministro-luis.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2020.

BARROSO, Luís Roberto. **Vinte anos da Constituição brasileira de 1988**: o estado a que chegamos. Rio de Janeiro: Do Autor, 2017. Disponível em: http://www.luisrobertobarroso.com.br/wp-content/uploads/2017/09/vinte_e_um_anos_da_constituicao_brasileira_o_estado_a_que_chegamos_pt.pdf. Acesso em: 18 ago. 2020.

BASTOS, Celso Ribeiro; MARTINS, Ives Gandra da Silva. **Parlamentarismo ou presidencialismo?**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense; Academia Internacional de Direito e Economia, 1993.

BAUMGARTNER, Jody; KADA, Naoko. **Checking executive power**: presidential impeachment in comparative perspective. São Paulo: Praeger, 2003.

BERGER, Raoul. **Impeachment**: the constitutional problems. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1974.

BERCOVICI, Gilberto. **[Parecer]**. São Paulo: Política Estadão, 2015. https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/wp-content/uploads/sites/41/2015/10/Parecer_Impeachment_Bercovici.pdf

BERTHOLINI, Frederico; PEREIRA, Carlos. Pagando o preço de governar: custos de gerência de coalizão no presidencialismo brasileiro. **Revista de Administração Pública**, v. 51, n. 4, 2016. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/71171>. Acesso em: 20 jul. 2020.

BISPO, Nikolay Henrique. **O veto presidencial no STF**: estudo de um caso de tensão entre os poderes. 2016. Dissertação (Mestrado em Direito e Desenvolvimento)- Programa de Pós Graduação em Direito e Desenvolvimento, Escola de Direito, Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, São Paulo, 2016.

BLACK JUNIOR, Charles Lund; BOBBITT, Philip. **Impeachment a handbook**. New haven: Yale Univ Press, 1998.

BOBBIO, Norberto. **A teoria das formas de governo na história do pensamento político**. Tradução de Luís Sérgio Henriques. Brasília: Ed. da UnB, 2017.

BORJA, Sérgio. **Impeachment**. Porto Alegre: Ortiz, 1992.

BRAGON, Ranier; URIBE, Gustavo. PT decide votar contra Cunha, que pode deflagrar impeachment de Dilma. **Folha de S. Paulo**, Brasília, 2 dez. 2015. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/12/1713918-bancada-petista-decide-votar-contracunha-no-conselho-de-etica-da-camara.shtml>. Acesso em: 9 ago. 2020.

BRANDÃO, Rodrigo. **Supremacia judicial versus diálogos constitucionais**: a quem cabe a última palavra sobre o sentido da Constituição? Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Departamento de Taquigrafia: revisão e redação. Brasília: Câmara, 2015a. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/destaque-de-materias/impeachment-da-presidente-dilma/sessao-378-de-031215>. Acesso em: 9 ago. 2020.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Departamento de Taquigrafia: revisão e redação. Escrevendo a história - crise política: Discurso proferido na sessão de 25 de agosto de 1961 [...]. Brasília: Câmara, 1961. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/destaque-de-materias/emenda-parlamentarista>. Acesso em: 4 ago. 2020.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Resolução nº 17, de 1989**. Aprova o Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Brasília, DF: Presidência da República, 1989. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/regimento-interno-da-camara-dos-deputados/arquivos-1/RICD%20atualizado%20ate%20RCD%2012-2019%20A.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2020.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **SIP 1/2017**: Solicitação para Instauração de Processo. Encaminha, para os fins do artigo 51, inciso I, da Constituição Federal, denúncia formulada pelo Ministério Público Federal [...]. Brasília: Câmara, 29 jun. 2017a. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2143164>. Acesso em: 18 ago. 2020.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **SIP 2/2017**: Solicitação para Instauração de Processo. Encaminha, para os fins do artigo 51, inciso I, da Constituição Federal, denúncia formulada pelo Ministério Público Federal em desfavor do Excelentíssimo Senhor Presidente da República [...]. Brasília: Câmara, 22 set. 2017b. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2152748>. Acesso em: 18 ago. 2020.

BRASIL. Congresso Nacional. **Anais do Senado**: sessões de junho de 1948. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1948.

BRASIL. **Constituição Política do Império do Brasil (de 25 de março de 1824)**. Constituição Política do Império do Brasil, elaborada por um Conselho de Estado e outorgada pelo Imperador D. Pedro I, em 25.03.1824. Manda observar a Constituição Política do Império, oferecida e jurada por Sua Magestade o Imperador. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1824. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm. Acesso em: 10 ago. 2020.

BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (De 24 de Fevereiro de 1891). Nós, os representantes do povo brasileiro, reunidos em Congresso Constituinte, para organizar um regime livre e democrático, estabelecemos, decretamos e promulgamos a seguinte. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1891. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm. Acesso em: 10 ago. 2020.

BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (DE 16 DE JULHO DE 1934). Nós, os representantes do povo brasileiro, pondo a nossa confiança em Deus, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para organizar um regime democrático [...]. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1934. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso em: 15 ago. 2019.

BRASIL. Constituição dos Estados Unidos do Brasil (DE 18 DE SETEMBRO DE 1946). A Mesa da Assembléia Constituinte promulga a Constituição dos Estados Unidos do Brasil e o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, nos termos dos seus arts. 218 e 36, respectivamente (...). Rio de Janeiro: Presidência da República, 1946. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm. Acesso em: 10 ago. 2020.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988: Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, [...]. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 17 jul. 2020.

BRASIL. Decreto nº 27, de 7 de janeiro de 1892. Regula o processo e julgamento do Presidente da Republica e dos Ministros de Estado nos crimes communs. Rio de Janeiro: Presidencia da Repúblia, 1892a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/historicos/dpl/DPL0027-1892.htm. Acesso em: 7 ago. 2020.

BRASIL. Decreto nº 30, de 8 de janeiro de 1892. Promulga a lei sobre os crimes de responsabilidade do Presidente da Republica. Rio de Janeiro: Presidencia da Repúblia, 1892b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1851-1900/L0030-1892.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2030%2C%20DE%208,responsabilidade%20do%20Presidente%20da%20Republica.&text=3%C2%BA%20O%20Presidente%20da%20Republica,lei%2C%20quando%20perpetrados%20por%20outrem.. Acesso em: 7 ago. 2020.

BRASIL. Diário do Congresso Nacional. Brasília: DCN, Seção 1, 12 nov. 1955, p. 8372.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 16, de 04 de junho de 1997. Dá nova redação ao § 5º do art. 14, ao caput do art. 28, ao inciso II do art. 29, ao caput do art. 77 e ao art. 82 da Constituição Federal. Brasília, DF: Presidência da República, 1997a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc16.htm. Acesso em: 3 ago. 2020.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 32, de 11 de setembro de 2001.** Altera dispositivos dos arts. 48, 57, 61, 62, 64, 66, 84, 88 e 246 da Constituição Federal, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc32.htm. Acesso em: 3 ago. 2020.

BRASIL. **Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950.** Define os crimes de responsabilidade e regula o respectivo processo de julgamento. Brasília: Presidência da República, 1950. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/11079.htm. Acesso em: 7 ago. 2020.

BRASIL. **Lei 13.848, de 25 de junho de 2019.** Dispõe sobre a gestão, a organização, o processo decisório e o controle social das agências reguladoras, altera a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996 [...]. Brasília, DF: Presidência da República, 2019a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Lei/L13848.htm. Acesso em: 17 jul. 2020.

BRASIL. **Lei 13.303, de 30 de junho de 2016.** Dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios [...]. Brasília, DF: Presidência da República, 2016a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/113303.htm. Acesso em: 17 jul. 2020.

BRASIL. Leis, decretos, etc. Código eleitoral da Republica dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1932.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. ADI nº 1.381 de 1995. Relator: Min. Dias Toffoli, 23 nov. 1995. **Diário de Justiça**, Brasília, DF, 1995a. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/peticaoInicial/verPeticaoInicial.asp?base=ADI&documento=&s1=1381%20&processo=1381>. Acesso em: 23 jul. 2020.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. ADI nº 2.867 de 2003. Relator: Min. Dias Toffoli, 2 abr. 2003. **Diário de Justiça**, Brasília, DF, 2003. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/peticaoInicial/verPeticaoInicial.asp?base=ADI&documento=&s1=2867%20&processo=2867>. Acesso em: 23 jul. 2020.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. ADI nº 5.127 de 2014. Relator: Min. Rosa Weber, 26 maio 2003. **Diário de Justiça**, Brasília, DF, 2014. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/peticaoInicial/verPeticaoInicial.asp?base=ADI&documento=&s1=5127&processo=5127>. Acesso em: 23 jul. 2020.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. ADPF/DF nº 378. **Diário de Justiça**, Brasília, 3 dez. 2015b. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/peticaoInicial/verPeticaoInicial.asp?base=ADPF&documento=&s1=378&processo=378>. Acesso em: 7 ago. 2020.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. HC 33.908/DF. Habeas-Corpus; Julga-se Prejudicado ante a informação do Sr. Presidente da República [...] Relator: Min. Afrânio Costa, **Diário de Justiça**, Brasília, 26 jul. 1956. Disponível em: <https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search/sjur19130/false>. Acesso em: 7 ago. 2020.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. MS 21.564/DF. Constitucional. "Impeachment". Processo e Julgamento: Senado Federal. [...]. Relator: Min. Octavio Gallotti, 23 set. 1992. **Diário de Justiça**, Brasília, 27 ago. 1993a. Disponível em: https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search?base=acordaos&sinonimo=true&plural=true&page=1&pageSize=10&queryString=MS%2021.564&sort=_score&sortBy=desc Acesso em: 17 ago. 2020.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. MS 21.623/DF. De responsabilidade. E dizer: o "impeachment" do Presidente da República será processado e julgado pelo Senado Federal. [...]. Relator: Min. Carlos Velloso, 17 dez. 1992. **Diário de Justiça**, Brasília, 28 maio 1993b. Disponível em: https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search?base=acordaos&sinonimo=true&plural=true&page=1&pageSize=10&queryString=MS%2021.623&sort=_score&sortBy=desc. Acesso em: 17 ago. 2020.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. MS 21.689/DF. Constitucional. "Impeachment". Controle Judicial. "Impeachment" Do Presidente da República [...]. Relator: Min. Carlos Velloso, 16 dez. 1993. **Diário de Justiça**, Brasília, 7 abr. 1995b. Disponível em: <https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search/sjur20291/false>. Acesso em: 7 ago. 2020.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. MS 22.972/DF. Relator: Min.: Neri da Silveira, 18 dez. 1997. Brasília, **Diário de Justiça**, 2 fev. 1998. Disponível em: <https://stf.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/14758257/mandado-de-seguranca-ms-22972-df-stf>. Acesso em: 23 jul. 2020.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. MS 23.885/DF. Constitucional. Impeachment: Presidente da República: Denúncia: Câmara dos Deputados. Presidente da Câmara: Competência. [...]. Relator: Min. Carlos Velloso, 28 ago. 2002. **Diário de Justiça**, Brasília, 20 set. 2002. Disponível em: <https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search/sjur16135/false>. Acesso em: 7 ago. 2020.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. MS 30.672 AgR/DF. Agravo Regimental. Mandado de Segurança. Constitucional. Impeachment. Ministro do Supremo Tribunal Federal. [...]. Relator: Min. Ricardo Lewandowski, 15 set. 2011. **Diário de Justiça Eletrônico**, Brasília, 18 out. 2011. Disponível em: <https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search/sjur200176/false>. Acesso em: 7 ago. 2020.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. MS 34.070/DF. Embargos de declaração nos embargos de declaração no agravo regimental nos embargos de declaração no mandado de segurança [...]. Relator: Min.: Gilmar Mendes, 27 mar. 2020. Brasília, **Diário de Justiça**, 29 maio 2020a. Disponível em: https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search?base=acordaos&sinonimo=true&plural=true&page=1&pageSize=10&queryString=34.070%2FDF&sort=_score&sortBy=desc. Acesso em: 23 jul. 2020.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. MS 34.071 ED-AgR-ED-ED / DF. Embargos de declaração nos embargos de declaração no agravo regimental nos embargos de declaração no mandado de segurança. Ausência de omissão, contradição [...]. Relator: Min.: Gilmar Mendes, 27 mar. 2020. Brasília, **Diário de Justiça**, 29 maio 2020b. Disponível em: <https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search/sjur425603/false>. Acesso em: 23 jul. 2020.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. MS 34.087/DF. Relator: Min. Marco Aurélio, 5 set. 2016. **Diário de Justiça Eletrônico**, Brasília, 2017c. Disponível em: <https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search/despacho670195/false>. Acesso em: 7 ago. 2020.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. MS 34.193/DF. Relator: Min. Alexandre de Moraes, 7 dez. 2018. **Diário de Justiça Eletrônico**, Brasília, 12 dez. 2018a. Disponível em: <https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search/despacho935896/false>. Acesso em: 7 ago. 2020.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. MS 34.371 AgR-AgR/DF. Relator: Min. Alexandre de Moraes, 13 mar. 2020. **Diário de Justiça Eletrônico**, Brasília, 26 maio 2020c. Disponível em: <https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search/sjur425341/false>. Acesso em: 7 ago. 2020.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. MS 34.441 ED/DF. Relator: Min. Alexandre de Moraes, 22 nov. 2019. **Diário de Justiça Eletrônico**, Brasília, 27 nov. 2019b. Disponível em: <https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search/despacho1050061/false>. Acesso em: 7 ago. 2020.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. MS 3.557/DF. Mandado de segurança prejudicado por falta de objeto. Relator: Min.: Hahnemann Guimarães, 7 nov. 1956. Brasília, **Diário de Justiça**, 4 abr. 1957. Disponível em: <https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search/sjur19063/false>. Acesso em: 23 jul. 2020.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. MS 37.097 / DF. Relator: Min.: Alexandre de Moraes, 29 abr. 2020. Brasília, **Diário de Justiça**, 4 maio 2020d. Disponível em: <https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search/despacho1097185/false>. Acesso em: 23 jul. 2020.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Notícias STF**. Brasília, DF: STF, 15 mar. 2016b. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=312128>. Acesso em: 23 jul. 2020.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Notícias STF**: Relator homologa desistência de mandado de segurança contra PEC sobre parlamentarismo. Brasília, DF: STF, 2018b. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=380829>. Acesso em: 23 jul. 2020.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Rcl 29.508 MC / DF. Relator: Min.: Cármen Lúcia, 21 jan. 2018. Brasília, **Diário de Justiça**, 1 fev. 2018c. Disponível em: <https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search/despacho821758/false>. Acesso em: 23 jul. 2020.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Súmula n. 5. A sanção do projeto supre a falta de iniciativa do Poder Executivo. Brasília: STF, 1964. Disponível em: <https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search/seq-sumula5/false>. Acesso em: 23 jul. 2020

BROSSARD, Paulo. **O impeachment**: aspectos da responsabilidade política do Presidente da República. 3. ed. ampl. São Paulo: Saraiva, 1992.

BRYCE, Viscount James. **The American Commonwealth**. With an introduction de Gary L. McDowell. Indianapolis: Liberty Fund, 1995, 2v. v. 1. Disponível em: <https://oll.libertyfund.org/titles/bryce-the-american-commonwealth-vol-1>. Acesso em: 18 ago. 2020.

BUSTAMANTE, Thomas. **Em defesa da legalidade**: temas de direito constitucional e filosofia política. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2018.

CALLADO, Antonio (Redator chefe). A solução constitucional. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 12 nov. 1955. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_06&pasta=ano%20195&pesq=carlos%20luz%20impedimento&pagfis=54982. Acesso em: 20 jul. 2020.

CARAZZA, Bruno. **Dinheiro, eleições e poder**: as engrenagens do sistema político brasileiro. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2018.

CARDOSO, Fabio Silvestre. **Capanema**: a história do ministro da educação que atraiu intelectuais, tentou controlar o poder e sobreviveu à Era Vargas. Rio de Janeiro: Record, 2019.

CAREY, John, M. Presidential versus parliamentary government. In: MÉNARD, Claude; SHIRLEY, Mary M. (ed.). **Handbook of new institutional economics**. Paris: Springer, 2008.

CARVALHO, Bernardo. Resenha: Ninguém é perfeito. Folha de S. Paulo, 3 jul. 2007. Resenha da obra de: COETZEE, John Maxwell. **Mecanismos internos**: ensaios sobre literatura (2000-2005). São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

CHAISTY, Paul; CHEESEMAM, Nic; POWER, Timothy J. **Coalitional presidentialism in comparative perspective**: minority presidents in multiparty systems. Oxford: OUP Oxford, 2018.

CHAVES, Raul. **Crimes de responsabilidade**. Salvador: Artes Gráficas, 1960.

CHEIBUB, Jose Antonio. **Presidentialism, parliamentarism, and democracy**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

CHEIBUB, José Antonio; ELKINS, Zachary. A hibridização de formas constitucionais: a constituição Brasileira de 1988 em uma perspectiva histórica. In: INÁCIO, Magna; RENNÓ JUNIOR, Lucio Remuzat (coord.). **Legislativo brasileiro em perspectiva comparada**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009, p. 55-75.

CHEIBUB, José Antonio; ELKINS, Zachary; GINSBURG, Tom. Além do presidencialismo e do parlamentarismo. **British Journal of Political Science**, v. 44, ed. 3, p. 515-544, jul. 2014. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/british-journal-of-political-science/article/beyond-presidentialism-and-parliamentarism/C05BCC98907B81C6930241CC9AB7872C>. Acesso em: 18 ago. 2020.

CHEIBUB, Jose Antonio; ELKINS, Zachary; GINSBURG, Tom. Latin American presidentialism in comparative and historical perspective. **Texas Law Review**, v. 89, n. 7, 2011. Available in: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1899637. Acesso em: 20 jul. 2020.

CHEIBUB, Jose Antonio; LIMONGI, Fernando. From conflict to coordination: perspectives on the study of executive-legislative relations. **Revista Ibero-Americana de Estudos Legislativos**, v. 1, n. 1, p. 38-53, jul. 2010. Available in: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/riel/article/view/4125>. Acesso em: 28 jul. 2020.

CHEIBUB, José Antonio; PRZEWORSKI, Adam; SAIEGH, Sebastian. Governos de coalizão nas democracias presidencialistas e parlamentaristas. **Dados**, v. 45, n. 2, p. 187-218, 2002. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52582002000200001&script=sci_abstract&tlng=es. Acesso em: 20 jul. 2020.

CLÈVE, Clémerson Merlin. **Atividade legislativa do poder executivo**. 3. ed., rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

CLÈVE, Clémerson Merlin. **Fidelidade partidária: impeachment e justiça eleitoral (estudo de caso)**. 2. ed. rev. e atual. Curitiba: Juruá, 2012.

CLÈVE, Clémerson Merlin. **Medidas provisórias**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

CLÈVE, Clémerson Merlin. Presidencialismo de coalizão e administração pública. **A & C - Revista de Direito Administrativo & Constitucional**, Belo Horizonte, ano 12, n. 50, p. 35-39, out./dez. 2012. Available in: <http://www.revistaaec.com/index.php/revistaec/article/viewFile/155/250>. Acesso em: 20 jul. 2020.

COELHO, Marcelo. Questões de ordem: O jogo virou. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 18 dez. 2015. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/12/1720517-questoes-de-ordem-o-jogo-virou.shtml>. Acesso em: 20 jul. 2020.

CONGRESS OF THE UNITED STATES OF AMERICA. Articles of Impeachment Against Donald John Trump. Resolution. Washington: Congress, 18 Dec. 2019. Available in: <https://www.congress.gov/116/bills/hres/755/BILLS-116hres755enr.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2020.

CONTINENTINO, Marcelo Casseb. **História do controle da constitucionalidade das leis no Brasil: percursos do pensamento constitucional no Século XIX (1824-1891)**. São Paulo: Almedina, 2016.

CONTI, Mario Sergio. **Notícias do planalto: a imprensa e Fernando Collor**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

CORTEZ, Maysa Cortez. **Governabilidade e presidencialismo de coalizão: o desempenho das alianças partidárias no Governo Dilma**. 2018. Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Direito, Universidade Federal do Ceará, 2018.

COSTA, Breno; NALON, Tai. Dilma recua de assembleia constituinte para reforma política após críticas. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 25 jun. 2013. Disponível em: <https://m.folha.uol.com.br/poder/2013/06/1300992-dilma-recua-de-assembleia-constituente-paa-reforma-politica-diz-presidente-da-oab.shtml>. Acesso em: 23 jun. 2020.

COSTA, José Rubens. **Infrações político-administrativas e impeachment: conceito, direito de defesa e controle judiciário**: DL, n. 201, 1967. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

CRETELLA JÚNIOR, José. **Do impeachment do direito brasileiro**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1993.

CRUZ, Álvaro Ricardo de Souza; GUIMARÃES, Frederico Garcia. Supremo Tribunal Federal: entre a última palavra e diálogos interinstitucionais ou entre a autonomia e alteridade. **REPATS - Revista de Estudos e Pesquisas Avançadas do Terceiro Setor**, Brasília, v. 3, n. 2, p. 545-599, jul./dez, 2016. Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/REPATS/article/view/7746/pdf>. Acesso em: 18 ago. 2020.

CYRINO, André. **Delegações legislativas, regulamentos e administração pública**. Belo Horizonte: Fórum, 2018.

DAHL, Robert. **A preface to democratic theory**. Chicago: **University of Chicago Press**; Edição: **Expanded ed.**, 2006.

DAHL, Robert Alan. **Poliarquia**: participação e oposição. São Paulo, SP: USP, 2012.

DEMOCRACIA à brasileira - Mesa 2: Instituições políticas brasileiras. [São Paulo]: CEBRAP, 10 jun. 2019. 1 Vídeo (1:47 min). Publicado pelo Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP). [Seminário comemorativo do cinquentenário do Cebrap, Argelina Figueiredo (Cebrap/IESP), Maria Hermínia Tavares de Almeida (Cebrap/USP) e Fernando Limongi (Cebrap/USP/FGV) resgatam contribuições que a casa deu ao debate político-institucional do país.] Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=MDkx8mjGB38>. Acesso em: 14 abr. 2020.

DIÁLOGOS CEBRAP/FOLHA. 30 anos de Constituição: instituições e crise política. [São Paulo]: Cebrap/Folha, 15 ago. 2018. 1 Vídeo (114 min). Publicado pelo Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP). [série 'Diálogos Cebrap/Folha', o ministro do STF, Luís Roberto Barroso, e o professor da USP e pesquisador do Cebrap, Fernando Limongi, debateram sobre os 30 anos da Constituição brasileira. Com mediação do jornalista da Folha de S. Paulo, Uirá Machado.] Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xRjC-BGD5Y0>. Acesso em: 14 abr. 2020.

DOLHNIKOFF, Mirian. **O pacto imperial**: origens do federalismo no Brasil. Rio de Janeiro: GLOBO, 2005.

DUVERGER, Maurice. **Os partidos políticos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

DWORKIN, Ronald. A kind of coup. **The New York Review**, New York, 14 Jan. 1999. Available in: <https://www.nybooks.com/articles/1999/01/14/a-kind-of-coup/>. Acesso em: 7 ago. 2020.

ELGIE, Robert. From Linz to Tsebelis: three waves of presidential/parliamentary studies? **Democratization**, v. 12, n. 1, Feb. 2005. Available in: https://www.researchgate.net/publication/29651397_From_Linz_to_Tsebelis_Three_waves_of_presidentialparliamentary_studies. Acesso em: 28 Jul. 2020.

ESTEVES, Luiz Fernando Gomes. Rodrigo Maia: o senhor do impeachment. In: FALCÃO, Joaquim.; ARGUELHES, Diego Weneck; PEREIRA, Thomaz (org.). **Impeachment de Dilma Rousseff**: entre o Congresso e o Supremo. Belo Horizonte: Letramento, 2017, p. 189-191. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/18802/Impeachment%20de%20Dilma%20Rousseff%20-%20entre%20o%20Congresso%20e%20o%20Supremo.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2020

FALCÃO, Joaquim; ARGUELHES, Diego Werneck; PEREIRA, Thomaz (org.). **Impeachment de Dilma Rousseff: entre o Congresso e o Supremo**. Belo Horizonte: Letramento, 2017.

FELDMAN, Noah. **The three lives of James Madison**. Canadá: Random House, 2017.

FEREJOHN, John. Madisonian separation of powers. *In*: KERNELL, Samuel (ed.). **James Madison: the theory and practice of republican government**. Stanford, Califórnia: Stanford University Press, 2003. p. 126-155.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Aspectos do direito constitucional contemporâneo**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Constituição e governabilidade: ensaio sobre a (in)governabilidade brasileira**. São Paulo: Saraiva, 1995.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Do processo legislativo**. 6. ed., atual. São Paulo: Saraiva, 2009.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Presidente da República: crime de responsabilidade - Impeachment. **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, v. 189, 1992. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/45391>. Acesso em: 7 ago. 2020.

FERREIRA, Gabriel. Doutrina: direito constitucional considerações sobre a inviolabilidade da palavra no Congresso. **Revista Direito Legislação, Doutrina e Jurisprudência**, Rio de Janeiro, anno XXIX, v. 86, set./dez. 1901. Disponível em: <https://sistemas.stf.jus.br/dspace/xmlui/handle/123456789/318>. Acesso em: 20 jul. 2020.

FERREIRA, Jorge. Crises da República: 1954, 1955 e 1961. *In*: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). **O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964: Terceira República (1945-1964)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v. 3.

FERREIRA, Jorge. **João Goulart: uma biografia**. 4. ed. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2011.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. Instituições e política no controle do executivo. **Dados**, v. 44, n. 4, p. 689-727, 2001. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52582001000400002&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 28 Jul. 2020.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. The Collor impeachment and presidential government in Brazil. *In*: LLANOS, M.; MARSTEINTREDET, Leiv (ed.). **Presidential Breakdowns in Latin America: causes and outcomes of executive instability in developing democracies**. London: Palgrave Macmillan, 2010, p. 111-128.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub; CANELLO, Júlio; VIEIRA, Marcelo. Governos minoritários no presidencialismo latino-americano: determinantes institucionais e políticos. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 55, n. 4, out./dez. 2012

FIGUEIREDO, Argelina Maria Cheibub; LIMONGI, Fernando. **Executivo e legislativo na nova ordem constitucional**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

FIGUEIREDO, Argelina Maria Cheibub; LIMONGI, Fernando. Instituições políticas e governabilidade. In: MELO, Carlos Ranulfo Félix de *et al.* (org.). **A democracia brasileira: balanço e perspectivas para o século 21**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

FONSECA, Annibal Freire da. **O poder executivo na república brasileira**. Brasília, DF: Ed. Universidade de Brasília, 1981. (Biblioteca do pensamento político republicano; v.7).

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. **A escalada: memórias**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1965.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. **Estudos de direito constitucional**. Rio de Janeiro: Revista Forense, 1957.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. **História e teoria dos partidos políticos no Brasil**. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. Parecer do relator da comissão especial da câmara dos deputados sobre a emenda parlamentarista n. 4, de 29 de março de 1949. In: FRANCO, Afonso Arinos de Melo; PILA, Raul (org.). **Presidencialismo ou parlamentarismo?**. Brasília: Senado Federal, 1999.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo; PILLA, Raul. **Presidencialismo ou parlamentarismo?** Brasília: Senado Federal, 1999.

FRANCO, Bernardo Mello. **Mil dias de tormenta: a crise que derrubou Dilma e deixou Temer por um fio**. São Paulo: Objetiva, 2018.

FREITAS, Andréa. **O presidencialismo da coalizão**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2016. Disponível em: https://www.kas.de/c/document_library/get_file?uuid=741243ff-94aa-d872-d069-de1846f10fc2&groupId=252038. Acesso em: 20 jul. 2020.

FRASER, Russell; KAMMEN, Michael. **A machine that would go of itself: the constitution in american culture**. Abingdon: Routledge Edicion, 2017.

GALINDO, Bruno. **Impeachment: à luz do constitucionalismo contemporâneo - incluindo análises dos casos Collor e Dilma**. Curitiba: Juruá Editora, 2016.

GALUPPO, Marcelo Campos. **Impeachment: o que é, como se processa e por que se faz**. Belo Horizonte, MG: D'Plácido, 2016.

GARDNER, James A. Democracy without a net? separation of powers and the idea of self-sustaining constitutional constraints on undemocratic behavior, **St. John's Law Review**, v. 79, p. 293-317, March 2005. Available in: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=599982. Acesso em: 14 Jul. 2020.

GERHARDT, Michael J. **Impeachment: what everyone needs to know(r)**. Oxford: Oxford University Press, 2018.

GERHARDT, Michael J. **The federal impeachment process**: a constitutional and historical analysis. Chicago: University of Chicago Press, 1996.

GINSBURG, Tom; HUQ, Aziz Z.; LANDAU, David. The uses and abuses of presidential impeachment. **U of Chicago, Public Law Working Paper**, n. 731, Oct. 2019. Available in: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3461120. Acesso em: 7 ago. 2020.

GULLAR, Ferreira. Ferreira Gullar, em 2015: 'A poesia, como vejo, nasce do espanto'. [Entrevista cedida ao] **Estado de S. Paulo**, São Paulo, 4 dez. 2016. Disponível em: <https://cultura.estadao.com.br/noticias/literatura,ferreira-gullar-em-2015-a-poesia-como-vejo-nasce-do-espanto,10000092465>. Acesso em: 18 ago. 2020.

HAMILTON, Alexander; MADISON, James. O Federalista n. 1. *In*: HAMILTON, Alexander; MADISON, James; JAY, John. **The Federalist papers**. New York: Oxford University Press, 2008. (Oxford world"s classics).

HAMILTON, Alexander; MADISON, James; JAY, John. **The Federalist papers**. New York: Oxford University Press, 2008. (Oxford world"s classics).

HIRSCHL, Ran. O novo constitucionalismo e a judicialização da política pura no mundo. **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, v. 251, p. 139-178, maio 2009. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/7533/6027>. Acesso em: 18 ago. 2020.

HOCHSTETLER, kathryn. 'Protestos anti-Dilma devem evitar partidos'. [Entrevista cedida a] Cristian Klein. **Valor Econômico**, 31 jul. 2015. (Política). Disponível em: <https://valor.globo.com/politica/coluna/protestos-anti-dilma-devem-evitar-partidos.ghtml>. Acesso em: 17 ago. 2020.

HOCHSTETLER, Kathryn. Repensando o presidencialismo: contestações e quedas de presidentes na América do Sul. **Lua Nova**, São Paulo, v. 72, p. 9-46, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ln/n72/a02n72.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2020.

HOCHSTETLER, Kathryn. Rethinking Presidentialism: challenges and presidential falls in South America. **Comparative Politics**, New York, v. 38, n. 4, p. 401-418, 2006. Available in: <https://scholar.harvard.edu/levitsky/files/hochstetler.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2019.

HOCHSTETLER, Kathryn; SAMUELS, David. Crisis and rapid reequilibration: the consequences of presidential challenge and failure in Latin America. **Journal of Living Together**, v. 43, n. 2, Jan. 2011. Available in: <https://www.jstor.org/stable/23040829?seq=1>. Acesso em: 7 ago. 2020.

HOFSTADTER, Richard. **The idea of a party system**: the rise of legitimate opposition in the United States, 1780-1840. Berkeley: Univ. of California Press, 1969.

HORTA, Raul Machado. **Direito constitucional**. 5. ed. rev. atual. ampl. Belo Horizonte: Del Rey, 2010.

HUBER, John D. **Rationalizing parliament**: legislative institutions and party politics in France. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

HUBER, John D. The vote of confidence in parliamentary democracies. **The American Political Science Review**, v. 90, n. 2, p. 269-282, Jun. 1996. Available in: <https://www.jstor.org/stable/2082884>. Acesso em: 7 ago. 2020.

HUNTINGTON, Samuel. **The third wave**: democratization in the Late Twentieth Century. Oklahoma: University of Oklahoma Press, 1991.

IMPEACHMENT. In: BADIN, Luís Armando. Rio de Janeiro: CPDOC, 2009. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/impeachment>. Acesso em: 10 ago. 2020.

INÁCIO, Magna. Estrutura e funcionamento da câmara dos deputados. In: MELO, Carlos Ranulfo Félix de *et al.* (org.) **A democracia brasileira**: balanço e perspectivas para o século 21. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

INSTITUTO IDEIAS. **Parte I**: sistema de governo: o modelo semipresidencialista. [S. l.]: Instituto Ideias, 2018. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/arquivos/2018/5/art20180530-03.pdf##LS>. Acesso em: 20 jul. 2020.

JUPIARA, Aloy; OTAVIO, Chico. **Deus tenha misericórdia dessa nação**: a biografia não autorizada de Eduardo Cunha. Rio de Janeiro: Record, 2019.

KASAHARA, Yuri; MARSTEINTREDET, Leiv. Presidencialismo em crise ou parlamentarismo por outros meios? impeachments presidenciais no Brasil e na América Latina. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 49, n. 1, p. 30-54, mar./jun. 2018. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/32394>. Acesso em: 7 ago. 2020.

KATZ, Andrea Scoseria. **The president in his labyrinth**: checks and balances in the new pan-american presidentialism. 2016. Dissertation (Ph.D.)- Yale University, New Haven, 2016.

KIM, Young Hun. Impeachment and presidential politics in new democracies. **Democratization**, v. 21, n. 3, April. 2013.

KIM, Young Hun; BAHRY, Donna. Interrupted presidencies in third wave democracies. **The Journal of Politics**, v. 70, n. 3, p. 807-822, July. 2008.

KLARMAN, Michael J. **The framers' coup**: the making of the United States Constitution. Oxford: OUP USA, 2016.

KOREA. **Constitutional Court Decision**: Impeachment of the President (Park Geun-hye) Case n. Hun-Na1, KCCR, Mar 10, 2017. Available in: <http://english.court.go.kr/cckhome/eng/decisions/majordecisions/majorDetail.do?searchClassCode=ENEXECLSS&searchClassSeq=576>. Acesso em: 18 ago. 2020.

KOZICKI, Katya; CHUEIRI, Vera Karam de. Impeachment: a arma nuclear constitucional. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 108, p. 157-176, nov. 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0102-64452019000300157&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 7 ago. 2020.

KRAMNICK, Isaac. Introdução. *In*: MADISON, James; HAMILTON, Alexander; JAY, John. **Os artigos federalistas 1787-1788**: edição integral. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

KYVIG, David E. **The age of impeachment**: American constitutional culture since 1960. Kansas: University Press Of Kansas, 2008.

LADEIRA, Pedro. Congresso vê com cautela possível aprovação do semipresidencialismo. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 17 dez. 2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/12/1943927-congresso-ve-com-cautela-possivel-aprovacao-do-semipresidencialismo.shtml>. Acesso em: 23 jul. 2020.

LAMOUNIER, Bolivar. A democracia brasileira de 1985 à década de 1990: síndrome da paralisia hiperativa. *In*: VELLOSO, João Paulo dos Reis. (org.). **Governabilidade, sistema político e violência urbana**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1994.

LAMOUNIER, Bolivar; A questão institucional brasileira. *In*: LAMOUNIER, Bolivar; NOHLEN, Dieter (org.). **Presidencialismo ou parlamentarismo**: perspectivas sobre a reorganização institucional brasileira. São Paulo: Loyola, 1993.

LAMOUNIER, Bolivar. Estrutura institucional e governabilidade na década de 1990. *In*: VELLOSO, João Paulo dos Reis. (org.). (coord.). **O Brasil e as reformas políticas**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1991.

LAVER, Michael; SCHOFIELD, Norman. **Multiparty government**: the politics of Coalition in Europe. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1998.

LEAL, Aureliano. **O parlamentarismo e o presidencialismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Venus, 1924.

LEE, Youngjae. Law, Politics, and impeachment: the impeachment of Roh Moo-Hyun from a comparative constitutional perspective. **American Journal of Comparative Law**, v. 53, 2005. Available in: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=604049. Acesso em: 7 ago. 2020.

LEONARD, Gerald. **The invention of party politics**. London: University of North Carolina Press, 2002.

LEPORE, Jill. The invention: nd reinvention - of impeachment: It's the ultimate political weapon. But we've never agreed on what it's for. **American Chronicles**, n. 28, Oct. 2019. Available in: <https://www.newyorker.com/magazine/2019/10/28/the-invention-and-reinvention-of-impeachment>. Acesso em: 7 ago. 2020.

LESSA, Renato. Resenha: Superstições políticas. **Jornal de Resenhas**, 11 mar. 2000. Resenha da obra de: FIGUEIREDO, Argelina Maria Cheibub; LIMONGI, Fernando. Executivo e legislativo na nova ordem constitucional. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/resenha/rs1103200016.htm>. Acesso em: 28 jul. 2020.

LEVINSON, Daryl J.; PILDES, Richard H. Separation of parties: not powers. NYU Law School, **Public Law Research Paper**, n. 06-07 2006. Available in: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=890105. Acesso em: 20 fev. 2020.

LEWANDOWSKI, Ricardo. Ricardo Lewandowski: Freios e contrapesos Supremo tem sido instado a resolver questões de outros Poderes. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 23 maio 2018. Opinião. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2018/05/ricardo-lewandowski-freios-e-contrapesos.shtml>. Acesso em: 28 jul. 2020.

LIJPHART, Arend. **Modelos de democracia**: desempenho e padrões de governo em 36 países. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

LIMONGI, Fernando. A democracia no Brasil. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 76, nov. 2006. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-33002006000300002&script=sci_arttext. Acesso em: 20 jul. 2020.

LIMONGI, Fernando. Governo representativo e democratização: revendo o debate. **Sinais Sociais**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 27, p. 93-123, abr. 2015.

LIMONGI, Fernando. Impedindo Dilma. Novos estud. **CEBRAP**, São Paulo, n. esp., p. 5-13, jun. 2017. Disponível em: <http://novosestudios.uol.com.br/wp-content/uploads/2017/06/IMPEDINDO-DILMA-Fernando-Limongi.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2020.

LIMONGI, Fernando. O poder executivo na constituição de 1988. In: OLIVEN, Ruben George; RIDENTI, Marcelo; BRANDÃO, Gildo Marçal (org.). **A constituição de 1988 na vida brasileira**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008. Estudos brasileiros; 42).

LIMONGI, Fernando; ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de; FREITAS, Andrea. A ciência política na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS): etapa fundacional e de inserção nacional (1968-1980). In: MILANI, Carlos; AVRITZER, Leonardo; BRAGA, Maria do Socorro (org.). **A ciência política no Brasil: 1960-2015**. Rio de Janeiro: FGV, 2016. Cap. 2. Disponível em: <https://editora.fgv.br/produto/a-ciencia-politica-no-brasil-1960-2015-3066>. Acesso em: 28 jul. 2020.

LIMONGI, Fernando; FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. A crise atual e o debate institucional. **Novos Estudos CEBRAP**, v. 36, n. 3, p. 79-97, 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-33002017000300079&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 28 Jul. 2020.

LINZ, Juan José. The perils of presidentialism. **Journal of Democracy**, v. 1, n. 1, p. 51-69, Winter 1990. Available in: <https://scholar.harvard.edu/levitsky/files/1.1linz.pdf> Acesso em: 20 jul. 2020.

LIRA NETO. **Getúlio**: da volta pela consagração popular ao suicídio (1945-1954). São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

LLANOS, Mariana; MARSTEINTREDET, Leiv (ed.). **Presidential Breakdowns in Latin America**: causes and outcomes of executive instability in developing democracies. London: Palgrave Macmillan, 2010.

LLANOS, Mariana; NOLTE, Detlef. The many faces of Latin American Presidentialism. **GIGA Focus Latin America**, n. 1, May 2016.

MADISON, James. Nº 10: the same subject continued. *In*: HAMILTON, Alexander; MADISON, James; JAY, John. **The Federalist papers**. New York: Oxford University Press, 2008, p. 42. (Oxford world's classics).

MADISON, James. Nº 47: the meaning of the maxim, which requires a separation of the departments of power, examined and ascertained. *In*: HAMILTON, Alexander; MADISON, James; JAY, John. **The Federalist papers**. New York: Oxford University Press, 2008, p. 249-255. (Oxford world's classics).

MADISON, James. Nº 48: the same subject continued, with a view to the means of giving efficacy in practice to that maxim. *In*: HAMILTON, Alexander; MADISON, James; JAY, John. **The Federalist papers**. New York: Oxford University Press, 2008, p. 256-259. (Oxford world's classics).

MADISON, James. Nº 49: the same subject continued, with the same view. *In*: HAMILTON, Alexander; MADISON, James; JAY, John. **The Federalist papers**. New York: Oxford University Press, 2008, p. 260-263. (Oxford world's classics).

MADISON, James. Nº 50: the same subject continued, with the same view. *In*: HAMILTON, Alexander; MADISON, James; JAY, John. **The Federalist papers**. New York: Oxford University Press, 2008, p. 264-266. (Oxford world's classics).

MADISON, James. Nº 51: the same subject continued, with the same view, and concluded. *In*: HAMILTON, Alexander; MADISON, James; JAY, John. **The Federalist papers**. New York: Oxford University Press, 2008, p. 267-271. (Oxford world's classics).

MAIA, Lincon Macário. **Do presidencialismo de coalizão ao parlamentarismo de ocasião: as relações Executivo-Legislativo no governo Dilma Rousseff**. 2016. Dissertação (Mestrado)-Programa de Pós-Graduação do Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados, Brasília, 2016. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/33640>. Acesso em: 28 jul. 2020.

MAINWARING, Scott. Democracia presidencialista multipartidária: o caso do Brasil. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 28-29, p. 21-74, abr. 1993a. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451993000100003. Acesso em: 20 Jul. 2020.

MAINWARING, Scott. Presidentialism, multipartism, and democracy: the difficult combination. **Sage Journals**, v. 26, n. 2, 1993b. Available in: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0010414093026002003>. Acesso em: 20 Jul. 2020.

MANIN, Bernard. Frontières, freins et contrepoids : la séparation des pouvoirs dans le débat constitutionnel américain de 1787. **Revue française de science politique**, v. 44, n. 2, p. 257-293, 1994. Available in: https://www.persee.fr/doc/rfsp_0035-2950_1994_num_44_2_394827. Acesso em: 20 jul. 2020.

MANIN, Bernard. **Principes du gouvernement représentatif**. Paris: Flammarion , 2012.

MARSTEINTREDET, Leiv. Las consecuencias sobre el régimen de las interrupciones presidenciales en América Latina. **América Latina Hoy**, v. 49, p. 31-50, 2008.

MARSTEINTREDET, Leiv; BERNTZEN, Einar. Reducing the perils of presidentialism in Latin America through presidential interruptions. **América Latina Hoy**, v. 41, n. 1, p. 83-101, Oct. 2008.

MARTINS, Ives Gandra da Silva. Harmonia e independência dos poderes: nunca a nação precisou tanto de diálogos neste momento. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 9 jul. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opinioao/2020/07/harmonia-e-independencia-dos-poderes.shtml>. Acesso em: 27 jul. 2020.

MARTINS, Ives Gandra da Silva. **Impeachment na Constituição de 1988**. Belém, PA: 1992.

MARTIN, Lanny W.; VANBERG, Georg. **Parliaments and coalitions**: the role of legislative institutions in multiparty governance. Oxford: OUP Oxford, 2011.

MEDEIROS E ALBUQUERQUE, Jose Joaquim de Campos da Costa. **Parlamentarismo e presidencialismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Calvino, 1932.

MELLO, Eduardo; SPEKTOR, Matias. Brazil: The Costs of Multiparty Presidentialism. **Journal of Democracy**, v. 29, n. 2, p. 113-27, 2018. Available in: <https://www.journalofdemocracy.org/articles/brazil-the-costs-of-multiparty-presidentialism/>. Acesso em: 25 fev. 2020.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de; COMPARATO, Fabio Konder. **[Parecer]**. São Paulo: Migalhas, 2015. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/arquivos/2015/10/art20151014-13.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2020.

MELLO, Eduardo; SPEKTOR, Matias. Presidencialismo de coalizão condena país ao atraso, dizem pesquisadores. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 3 dez. 2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2017/12/1939782-presidencialismo-de-coalizacao-condena-pais-ao-atraso-como-mostra-lava-jato.shtml>. Acesso em: 20 jul. 2020.

MELO, Marcus André. A malaise política no Brasil: causas reais e imaginárias. **Journal of Democracy em Português**, v. 6, n. 2, p. 69-95, out. 2017. Disponível em: http://www.plataformademocratica.org/Arquivos/JD-v6_n2_04_A_malaise_Politica_no_Brasil.pdf. Acesso em: 20 jul. 2020.

MELO, Marcus Andre; PEREIRA, Carlos. **Making Brazil work**: checking the president in a multiparty system. Oxford: Palgrave MacMillan, 2013.

MENDES, Conrado Hübner. **Direitos fundamentais, separação de poderes e deliberação**. São Paulo: Saraiva, 2011. (Série Direito desenvolvimento justiça: produção científica).

MENDES, Conrado Hübner. **Constitutional courts and deliberative democracy**. Oxford: Oxford University Press, 2013. (Oxford Constitutional Theory).

MIGUEL, Luís Felipe. **O colapso da democracia no Brasil: da Constituição ao Golpe de 2016**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2019.

MODZELESKI, Alessandra. **Governo Temer tem aprovação de 4% e reprovação de 79%, diz pesquisa Ibope**: pesquisa encomendada pela CNI ouviu 2 mil pessoas em 128 municípios, entre os dias 21 e 24 de junho; margem de erro é de 2 pontos percentuais. No levantamento anterior, 5% aprovavam Temer e 72% reprovavam. Brasília: G1, 28 jun. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/governo-temer-tem-aprovacao-de-4-e-reprovacao-de-79-diz-pesquisa-ibope.ghtml>. Acesso em: 7 ago. 2020.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Introdução à história dos partidos políticos brasileiros**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

MÜLLER, Wolfgang C.; STRØM, Kaare. **Policy, office or votes**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

NÃO HÁ salvação com o modelo político que vigora no Brasil, diz Barroso
Ministro do STF participou de debate sobre os 30 anos da Constituição de 1988. Folha de S. Paulo, São Paulo, 13 ago. 2018. 1 Vídeo (114 min). Encontro realizado pela Folha de S. Paulo e pelo Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP). Publicado por Marco Rodrigo Almeida. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/08/nao-ha-salvacao-com-o-modelo-politico-que-vigora-no-brasil-diz-barroso.shtml>. Acesso em: 14 abr. 2020.

NEGRETTO, Gabriel L. La reforma del presidencialismo en América Latina hacia un modelo híbrido. **Revista Uruguaya de Ciencia Política**, Montevideo, v. 27, n. 1, jun. 2018. Available in: http://www.scielo.edu.uy/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1688-499X2018000100131. Acesso em: 20 maio 2020.

NEGRETTO, Gabriel L. **Making Constitutions: presidents, parties, and institutional Choice in Latin America**. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

NEVES, Marcelo da Costa Pinto. **Parecer**. Brasília: UNB, 2015. Disponível em: <https://cloudup.com/ig-cUkufb7N>. Acesso em: 7 ago. 2020.

NICOLAU, Jairo Marconi. **Representantes de quem? os (des)caminhos do seu voto da urna à Câmara dos Deputados**. Rio de Janeiro: Zahar 2017.

NICOLAU, Jairo Marconi. **Sistemas eleitorais**. 6. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2012.

NOGUEIRA, Lauro. **O impeachment: especialmente no direito brasileiro**. Imprensa: Fortaleza, Paulina, 1947.

NORTH, Douglass Cecil. **Instituições, mudança institucional e desempenho econômico**. Tradução de Alexandre Morales. Rio de Janeiro: Três Estrelas, 2018.

O'DONNELL, Guillermo. Accountability horizontal e novas poliarquias. **Lua Nova**, n. 4, p.27-54, 1998. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64451998000200003&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 20 Jul. 2020.

OHNESORGE, John K. M. Comparing impeachment regimes. **Univ. of Wisconsin Legal Studies Research Paper**, n. 1468, Feb. 2019. Available in: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3356929. Acesso em: 7 ago. 2020.

PAIXÃO, Cristiano; BARBOSA, Leonardo Augusto de Andrade. Crise política e sistemas de governo: origens da “solução parlamentarista” para a crise político-constitucional de 1961. **Universitas JUS**, v. 24, n. 3, p. 47-61, 2013. Disponível em: <https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/jus/article/view/2622/2119> Acesso em: 7 ago. 2020.

PARLAPIANO, Alicia *et al.* Trump Impeachment Results: How Democrats and Republicans Voted. **The New York Times Company**, New York, 5 Feb. 2020.

PEIXINHO, Manoel Messias. **Os fundamentos constitucionais e legais que regulam o processo de impeachment do presidente da república no direito brasileiro**. São Paulo: Gramma Editora, 2018.

PEREIRA, Carlos; PESSÔA, Samuel. Falsas divergências, conflitos verdadeiros: PSDB e PT discordam mais sobre alianças e Estado do que sobre inclusão. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 11 out. 2015. Política. Disponível em: <https://feeds.folha.uol.com.br/fsp/ilustrissima/236024-falsas-divergencias-conflitos-verdadeiros.shtml>. Acesso em: 23 jul. 2020.

PEREIRA, Thomaz Henrique Junqueira de Andrade. Impeachment: o que não sabemos e deveríamos saber. **Revista Consultor Jurídico**, 19 maio 2018. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2018-mai-19/impeachment-nao-sabemos-deveriamos-saber>. Acesso em: 1 ago. 2020.

PÉREZ- LIÑÁN, Anibal. A two-level theory of presidential instability. **Latin American Politics and Society**, v. 56, n. 1, p. 34-54, Feb. 2014. Available in: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1548-2456.2014.00220.x>. Acesso em: 7 ago. 2020.

PÉREZ- LIÑÁN, Anibal. Narratives of executive downfall: recall, impeachment, or coup? *In*: WELP, Yanina; whitehead, Laurence (ed.). **The politics of recall elections**. Berlim: Springer International Publishing, 2020. p 201-228.

PÉREZ- LIÑÁN, Aníbal. **Presidential impeachment and the new political Instability in Latin America**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

PESSANHA, Charles. O Poder executivo e o processo legislativo: teoria e prática *In*: VIANNA, Luiz Werneck (org.) **A democracia e os três poderes no Brasil**. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro, 2002.

PIÇARRA, Nuno. **A separação dos poderes como doutrina e princípio constitucional**: um contributo para o estudo das suas origens e evolucao. Coimbra: Coimbra, 1989.
PILLA, Raul. **Catecismo parlamentarista**. Porto Alegre, RS: Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, 1992.

PILLA, Raul. *In*: FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. Rio de Janeiro: CPDOC, 2009. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/pilla-raul>. Acesso em: 10 ago. 2020.

PINTO, Magalhães. **Frases de Magalhães Pinto**. [S. l.]: Do Autor, 2020. Disponível em: <https://www.frasesinteligentes.com.br/frase/politica-e-como-nuvem-voce-olha-e-ela-esta-de-um-jeito-olha-de-novo-e-ela-ja-mudou/739/>. Acesso em: 23 jul. 2020.

PINTO, Pedro Duarte. **Presidencialismo à brasileira**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018.

POSNER, Eric A.; VERMEULE, Adrian. **The executive unbound**: after the madisonian republic. Oxford: OUP USA, 2010.

POWER, Timothy J. Optimism, pessimism, and coalitional presidentialism: debating the institutional design of brazilian democracy. **Bulletin of Latin American Research Bulletin of Latin American Research**, v. 29, n. 1, p. 18-33, 2010.

PROJETO DE CONSTITUIÇÕES COMPARATIVAS. Informando o projeto constitucional: Somos acadêmicos que produzimos dados abrangentes sobre as constituições mundiais para promover a paz, a justiça e o desenvolvimento humano por meio do processo de elaboração das constituições. [S. l.]: CCP, 2016. Disponível em: <https://comparativeconstitutionsproject.org/>. Acesso em: 9 ago. 2020.

PROPOSTA de plebiscito para convocação de assembleia constituinte específica é polêmica. [Rio de Janeiro]: Jornal Nacional, 24 jun. 2013. 1 Vídeo (4 min). Publicado por G1 Globo.com. Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2013/06/proposta-de-plebiscito-para-convocacao-de-assembleia-constituente-especifica-e-polemica.html>. Acesso em: 14 abr. 2020.

PRZEWORSKI, Adam. **Crises of democracy**. New York: Cambridge University Press, 2019.

PRZEWORSKI, Adam. **Democracy and the limits of self-government**. New York: Cambridge University Press, 2010.

PRZEWORSKI, Adam *et al.* **Democracy and development**: political institutions and Well-Being in the World, 1950-1990. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

PRZEWORSKI, Adam. **Why bother with elections?** Medford, MA: Polity Press, 2018.

PRZEWORSKI, Adam; STOKES, Susan C; MANIN, Bernard. **Democracy, accountability, and representation**. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 1999.

QUEIROZ, Rafael Mafei Rabelo. A natureza jurídica dos crimes de responsabilidade presidencial no direito brasileiro: lições a partir do impeachment de Dilma Rousseff. **E-Pública: Revista Eletrônica de Direito Público**, v. 4, n. 2, p. 220-245, 2017. Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S2183-184X2017000200011&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 7 ago. 2020.

QUEIROZ, Rafael Mafei Rabelo. Atitudes de Bolsonaro são motivo para impeachment? segundo professor da USP, destituição de presidentes depende de tempestade perfeita, mas tem pressupostos definidos. **Folha de S. Paulo**, 17 ago. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2019/08/atitudes-de-bolsonaro-sao-motivo-para-impeachment.shtml>. Acesso em: 7 ago. 2020.

QUEIROZ, Rafael Mafei Rabelo. E se ele for louco? suspeitar da sanidade mental de Bolsonaro não permite encurtar caminho para afastá-lo; saída legal é o impeachment. **Revista Piauí**, 31 mar. 2020a. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/e-se-ele-for-louco/>. Acesso em: 7 ago. 2020.

QUEIROZ, Rafael Mafei Rabelo. Falta de decoro sem impeachment é crime sem castigo: requisito jurídico para abrir processo contra Bolsonaro por crime de responsabilidade foi cumprido; o resto é política. **Revista Piauí**, 28 abr. 2020b. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/falta-de-decoro-sem-impeachment-e-crime-sem-castigo/>. Acesso em: 7 ago. 2020.

QUEIROZ, Rafael Mafei Rabelo. Impeachment e Lei de crimes de responsabilidade: o cavalo de troia parlamentarista. **Estadão**, São Paulo, 16 dez. 2015. Disponível em: <https://brasil.estadao.com.br/blogs/direito-e-sociedade/impeachment-e-lei-de-crimes-de-responsabilidade-o-cavalo-de-troia-parlamentarista/>. Acesso em: 7 ago. 2020.

QUEIROZ, Rafael Mafei Rabelo. Os novos crimes de Bolsonaro: de aparelhamento da Polícia Federal a falsidade ideológica, Moro listou irregularidades cometidas pelo presidente – mas também tem de se explicar pelos segredos que guardou. **Revista Piauí**, 24 abr. 2020c. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/os-novos-crimes-de-bolsonaro/>. Acesso em: 7 ago. 2020.

RAKOVE, Jack N. **A politician thinking**: the creative mind of James Madison. New York: University of Oklahoma Press, 2017.

RAKOVE, Jack N. Introdução. *In*: HAMILTON, Alexander; MADISON, James; JAY, John. **O federalista**. Tradução de Hiltomar Martins Oliveira. Belo Horizonte: Líder, 2003. (Clássicos do direito).

RAKOVE, Jack N. **Original meanings**: politics and ideas in the making of the Constitution. New York: Vintage; 1st Vintage Books Ed edition, 1997.

RAMBOURG JÚNIOR, Ribamar Cezar. **A crise na coalizão e o impeachment de Dilma Rousseff**. 135f. 2019 Dissertação (Mestrado em Ciência Política)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

REALE, Miguel. **Parlamentarismo brasileiro**. 2. ed. São paulo: Saraiva, 1962.

RECONDO, Felipe. **Tanques e togas**: O STF e a ditadura militar. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

RECONDO, Felipe; WEBER, Luiz. **Os onze**: o STF, seus bastidores e suas crises. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

REIS, Bruno Pinheiro Wanderley. O presidencialismo de coalizão sob pressão: da formação de maiorias democráticas à formação democrática de maiorias. **Plenarium**, Brasília, n. 4, p. 80-103, 2007.

REIS, Bruno Pinheiro Wanderley. Sistema eleitoral e financiamento de campanhas no Brasil. In: OLIVEN, Ruben George; RIDENTI, Marcelo; BRANDÃO, Gildo Marçal (org.). **A constituição de 1988 na vida brasileira**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008. Estudos brasileiros; 42).

RICCITELLI, Antonio. **Impeachment à brasileira instrumento de controle parlamentar?**. Barueri, SP: Manole, 2006.

RODRIGUES, Fernando. **Veja como FHC derrubou o pedido de impeachment em 1999**. [São Paulo]: UOL, 29 set. 2015. Disponível em: <https://fernandorodrigues.blogosfera.uol.com.br/2015/09/29/veja-como-fhc-derrubou-o-pedido-de-impeachment-em-1999>. Acesso em: 3 ago. 2020.

RODRIGUES, Leôncio Martins. **Em defesa do presidencialismo**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1993.

ROSENN, Keith S.; DOWNES. Impeachment Collor. In: ROSENN, Keith S.; DOWNES, Richard (org.). **Corrupção e reforma política no Brasil: o impacto do impeachment de Collor**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

ROSENBLUM, Nancy A. **On the side of the angels: an appreciation of parties and partisanship**. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2008.

ROSANVALLON, Pierre. **Counter-democracy: politics in an age of distrust**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

SALLUM JÚNIOR, Brasílio. O governo e o impeachment de Fernando Collor de Mello. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). **O Brasil republicano: o tempo da Nova República: da transição democrática à crise política**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. v. 5.

SALLUM JÚNIOR, Brasílio. **O impeachment de Fernando Collor: sociologia de uma crise**. 1. ed. São Paulo, SP: Editora 34, 2015.

SALLUM JÚNIOR, Brasílio; CASARÕES, Guilherme Stolle Paixão e. O impeachment do presidente Collor: a literatura e o processo. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 82, p. 163-200, abr. 2011.

SAMPAIO, Marco Aurélio. **A medida provisória no presidencialismo brasileiro**. São Paulo: Malheiros, 2007.

SANG-HUN, Choe. Choi Soon-sil, at Center of Political Scandal in South Korea, is jailed. **The New York Times**, New York, 31 Oct. 2016a. Available in: <https://www.nytimes.com/2016/11/01/world/asia/south-korea-park-geun-hye-choi-soon-sil.html>. Acesso em: 20 jul. 2020.

SANG-HUN, Choe. Claims Against South Korean President: extortion, abuse of power and bribery. **The New York Times**, New York, 8 Dec. 2016b. Available in: <https://www.nytimes.com/2016/12/08/world/asia/south-korea-park-geun-hye-accusations-impeachment.html?action=click&module=RelatedCoverage&pgtype=Article®ion=Footnote>. Acesso em: 20 jul. 2020.

SANG-HUN, Choe. Park Geun-hye, South Korea's Ousted President, Gets 24 Years in Prison. **The New York Times**, New York, 6 April. 2018. Available in: <https://www.nytimes.com/2018/04/06/world/asia/park-geun-hye-south-korea.html>. Acesso em: 20 jul. 2020.

SANG-HUN, Choe. South Koreans rally in largest protest in decades to demand president's Ouster. **The New York Times**, New York, 12 Nov. 2016c. Available in: <https://www.nytimes.com/2016/11/13/world/asia/korea-park-geun-hye-protests.html>. Acesso em: 20 jul. 2020.

SANTOS, Fabiano. A República de 46. In: MELO, Carlos Ranulfo Félix de *et al.* (org.) **A democracia brasileira: balanço e perspectivas para o século 21**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007. p. 40-72.

SANTOS, Fabiano. **O Poder Legislativo no presidencialismo de coalização**. Belo Horizonte: Editora UFMG 2003. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3156609/mod_resource/content/1/O%20poder%20legislativo%20no%20presidencialismo%20de%20coaliz%C3%A3o%20-%20Fabiano%20Santos.pdf. Acesso em: 20 jul. 2020.

SANTOS, Fabiano; SZWAKO, José. Da ruptura à reconstrução democrática no Brasil. **Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v. 40, n. esp., p. 114-121, dez 2016. Disponível em: https://www.scielo.org/article/ssm/content/raw/?resource_ssm_path=/media/assets/sdeb/v40nspe/0103-1104-sdeb-40-spe-0114.pdf. Acesso em: 18 ago. 2020.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **A democracia impedida: o Brasil no século XXI**. Rio de Janeiro: FGV, 2017.

SCHIER, Paulo Ricardo. **Presidencialismo de coalizão: contexto, formação e elementos na democracia brasileira**. Curitiba: Juruá Editora, 2017.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Maria Murgel. **Brasil: uma biografia**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SHEPSLE, Kenneth A. Congress is a “they, not an “it”: legislative intent as oxymoron. **International Review of Law and Economics**, v.12, Issue 2, June p. 239-256, 1992. Available in: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/014481889290043Q>. Acesso em: 20 fev. 2020.

SHUGART, Matthew Soberg; CAREY, John M. **Presidents and assemblies: constitutional design and electoral dynamics**. Cambridge, U.K.: Cambridge University Press, 1992.

SILVA, Luis Virgilio Afonso da. **Sistemas eleitorais: tipos, efeitos jurídicos-políticos e aplicação ao caso brasileiro**. São Paulo: Malheiros, 1999.

SILVA, Mariana Batista. **O mistério dos ministérios**. 2014. Tese (Doutorado em Ciência Política)- Programa de Pós-graduação em Ciência Política, Universidade Federal de Pernambuco, 2014. Disponível em: <https://attena.ufpe.br/bitstream/123456789/12073/1/TESE%20Mariana%20Batista%20da%20Silva.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2020.

SILVA, Pedro Henrique Cavalcanti. **Impeachment e responsabilidade**: uma análise brasileira à luz do direito comparado. Rio de Janeiro: Gramma Editora, 2018.

SILVA, Virgílio Afonso. Making Brazil Work: Checking the President in a Multiparty. **International Journal of Constitutional Law**, v. 15, n. 2, p. 519-525, 2017.

SILVA, Virgílio Afonso da. Um voto qualquer: O papel do ministro relator na deliberação no Supremo Tribunal Federal. **Revista Estudos Institucionais**, v. 1, n. 1, p. 181-200, 2015

SOARES, Glaucio Ary Dillon; RENNÓ, Lúcio Couto. **Reforma política**: lições da história recente. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

SOARES, Humberto Ribeiro. **Impeachment**: crimes de responsabilidade do presidente da república. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 1993.

SOUZA, Laura de Mello e. **O sol e a sombra**: política e administração na América portuguesa do século XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SUNSTEIN, Cass R. **Impeachment**: a citizen's guide. Harvard: Harvard University Press, 2017.

STARLING, Heloísa. A matriz norte-americana. In: BIGNOTTO, Newton (org.). **Matrizes do republicanismo**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013. (Humanitas).

STOCHERO, Tahiane. **Gilmar Mendes diz que discute com Temer proposta de emenda constitucional para semipresidencialismo**. São Paulo: G1, 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/gilmar-mendes-diz-que-discute-com-temer-proposta-de-emenda-constitucional-para-semipresidencialismo.ghtml>. Acesso em: 20 mar. 2020.

SUSTAINABLE COMPETITIVENESS OBSERVATORY (SCO). **Polity2 (Polity IV)**: methodology. Source: Center for Systemic Peace (CSP), Polity IV dataset version 2015. Available in: <https://competitivite.ferdi.fr/en/indicators/polity2-polity-iv>. Acesso em: 20 mar. 2020.

TAVARES, André Ramos. **Parecer jurídico**. São Paulo: USP, 2015. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/dl/parecer-dilma-andre-tavares.pdf>. Acesso em: 7 ago. 2020.

TAVARES, Joelmir. Bolsonaro põe presidencialismo de coalizão à prova ao arriscar novo estilo. Folha de S. Paulo, São Paulo, 24 nov. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/11/bolsonaro-poe-presidencialismo-de-coalizacao-a-prova-ao-arriscar-novo-estilo.shtml>. Acesso em: 20 mar. 2020.

TRIBE, Laurence; MATZ, Joshua. **To end a presidency**: the power of Impeachment. New York: Basic Books, 2018.

TRIGUEIRO, Osvaldo. A crise legislativa e o regime presidencial. **Revista Forense**, v. 57, n. 192, p. 7-19, nov./dez. 1959.

UNITED STATES. US Supreme Court. **Nixon v. United States, 506 U.S. 224 (1993)**. Justia Opinion Summary and Annotations Annotation. Washington: JUSTIA, 1993. Available in: <https://supreme.justia.com/cases/federal/us/506/224/>. Acesso em: 18 ago. 2020.

VALENZUELA, Arturo. Latin America: presidentialism in crisis. **Journal of Democracy**, v. 4, n. 4, p. 3-16, Oct. 1993. Available in: <https://muse.jhu.edu/article/225445/pdf> Acesso em: 7 ago. 2020.

VALENZUELA, Arturo. Latin American presidencies interrupted. **Journal of Democracy**, v. 15, n. 4, p. 5-19, 2004. Available in: <https://www.journalofdemocracy.org/wp-content/uploads/2012/04/Valenzuela-15-4.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2020.

VELLOSO, João Paulo dos Reis. **O Brasil e as reformas políticas**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1991.

VICTOR, Sérgio Antônio Ferreira. **Presidencialismo de coalizão: exame do atual sistema de governo brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2015. (Série IDP. Linha de pesquisa acadêmica).

VIEIRA, Fernando Sabóia. **Efeitos das regras procedimentais legislativas nas decisões da Câmara dos Deputados**. 2018. Tese (Doutorado em Ciência Política)- Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/36199?_ga=2.92558302.233740837.1597837075-206557181.1597837075. Acesso em: 7 ago. 2020.

VIEIRA, Oscar Vilhena. **A batalha dos poderes: da transição democrática ao mal-estar constitucional**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2018.

VILLAVERDE, João. **Controle do soberano: como evoluiu a aplicação da Lei do Impeachment no Brasil?** 2019. Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas)- Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2019.

VILLE, Maurice. J. C. **Constitutionalism and the separation of powers**. 2nd ed. Indianápolis: Liberty Fund, 1998.